

CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO E A VITÓRIA DO *ANIMAL LABORANS*: ASPECTOS BIOPOLÍTICOS NA PERSPECTIVA ARENDTIANA

Mayara Mara Teixeira Rodrigues¹; Ricardo George de Araújo Silva²; Nayane Nara Rodrigues Caetano³; Antonia Georgélia Carvalho Frota⁴

¹ Aluna do Curso de Mestrado em Filosofia da UVA e Membro do Grupo de Pesquisa em Filosofia Política, Ética e Educação – GEPEDE/UVA/CNPQ; E-mail: mayaramara.adv@gmail.com,

² Orientador/ Professor do curso de Filosofia; E-mail: ricardogeol1@yahoo.com.br,

³ Aluna do Curso de Mestrado em Filosofia da UVA e Membro do Grupo de Pesquisa em Filosofia Política, Ética e Educação – GEPEDE/UVA/CNPQ, E-mail: nayanerodrigues.adv@hotmail.com,

⁴ Aluna do Curso de Mestrado em Filosofia da UVA e Membro do Grupo de Pesquisa em Filosofia Política, Ética e Educação – GEPEDE/UVA/CNPQ, UVA, E-mail: georgeliafc@hotmail.com.

Resumo: Pensadora política, as reflexões de Arendt não se ausentam de uma perspectiva biopolítica. Em suas análises sobre a vitória do *animal laborans*, evidencia-se uma administração da vida, ao passo que a ascensão do *animal laborans* ao cenário da política resulta na transposição dos interesses meramente vitais ao espaço público. Não obstante, essa administração mesma sobre a vida encontra-se presente em suas análises sobre o totalitarismo e os seus campos de concentração, na lógica de uma seleção de quem deve morrer ou viver. A partir disso, esse estudo objetiva analisar os aspectos biopolíticos existentes nas análises de Arendt acerca da vitória do *animal laborans* e a experiência totalitária, especialmente os campos de concentração. Para a metodologia, realizamos uma exegese filosófica das obras referenciais. Concluímos, embora o termo “biopolítica” encontre-se ausente do vocabulário arendtiano, as suas reflexões, aos olhos do leitor atento, revelam-se como se dotadas de uma perspectiva biopolítica.

Palavras-chave: Biopolítica. *Animal laborans*. Totalitarismo. Campos de concentração. Hannah Arendt.

INTRODUÇÃO E OBJETIVO

Refletirmos acerca da biopolítica à luz de Arendt, de início, pode parecer-nos indigesto, em razão de a autora não ter se utilizado da expressão “biopolítica” em seus estudos. Esta tarefa coube à Foucault, em suas análises sobre a modernidade, as quais serviram de ponto de partida para demais filósofos refletirem sobre a biopolítica, dentre eles, Giorgio Agamben.

Nos tempos hodiernos, urge refletirmos sobre a biopolítica e pensadores sobre a política, como Arendt, decerto nos fornecem uma excepcional chave de leitura para compreendermos os eventos de nosso tempo. Isto porque, aos olhos de Arendt não se escapa a percepção de uma politização da vida, evidente em seus estudos sobre a vitória do *animal laborans*. E esta administração da vida releva-se ainda mais substancialmente em seus estudos sobre o totalitarismo e os campos de concentração, ocasião em que nos confrontamos com uma seleção sobre quem deve viver ou morrer.

Desta feita, conduziremos esse estudo com o objetivo de analisarmos os notórios aspectos biopolíticos existentes na filosofia arendtiana. Acreditamos ser possível observarmos uma politização da vida, a partir de suas reflexões sobre a modernidade e a experiência totalitária, onde o indivíduo reduzido à mera vida é capturado pela política, explicitando a emergência de uma administração da vida em detrimento da política, da liberdade.

MATERIAL E MÉTODOS

Adotamos, para esse estudo, uma exegese filosófica das obras referenciais, especialmente das obras arendtianas, *A Condição Humana* (1958) e *Origens do Totalitarismo* (1951), além de textos de alguns de seus comentadores, de modo a promovermos uma reflexão acerca da existência de aspectos biopolíticos nos estudos de Hannah Arendt.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em sua obra *A Condição Humana* (1958), Arendt nos apresenta as três atividades humanas essenciais aos indivíduos, em razão de corresponderem às condições que possibilitam a habitação e vida do homem na Terra, a saber, a obra, o trabalho e a ação. Dentre estas, a ação é a atividade política por excelência, isto porque a política emerge através da ação e do discurso, da deliberação dos atores no espaço público, ocasião em que alcançam a sua liberdade. Por sua vez, o trabalho é a atividade que corresponde ao desenvolvimento do processo vital dos indivíduos, sendo assim, é pré-político, pois diz respeito à “atividade na qual o homem não está junto ao mundo nem convive com os outros, mas está sozinho com seu corpo ante a pura necessidade de manter-se vivo” (ARENDR, 2020, p. 257).

Seguindo o rasto de Arendt, na modernidade o homem transformou-se em *animal laborans*, compreendido como “[...] apenas uma das espécies animais que povoam a Terra – na melhor das hipóteses, a mais desenvolvida” (ARENDR, 2020, p. 137). Isto é, o *animal laborans* é a vida reduzida à sua condição biológica, onde impera o mero interesse na constante nutrição dos processos vitais, na alimentação incessante do ciclo repetitivo de produção e consumo, isto em detrimento da política, da liberdade dos indivíduos, o que põe em xeque o próprio mundo.

Com o advento do social, a diluição entre as esferas do público e do privado tornaram-se cada vez mais indistintas, e o trabalho foi elevado ao patamar do espaço público. A partir da invasão do *animal laborans* ao âmbito da política, “passamos a ter a necessidade, instância própria da vida privada ocupando o lugar da liberdade, que é a dimensão própria do mundo público” (SILVA, 2021, p. 107). Ou seja, o resultado foi uma indistinção cada vez mais crescente entre as esferas do público, propriamente política, e do privado, pertencente à esfera do lar (*oikia*). Essa diluição entre as esferas foi denominada por Arendt de “esfera social”, a qual “[...] em sentido estrito, não é privada nem pública, é um domínio híbrido; contudo, seu interesse é eminentemente privado, pois diz respeito não ao que é comum, mas ao que é próprio de alguns” (MÜLLER, 2018, p. 49). Diante disso, temos a vitória do *animal laborans*, ou seja, a glorificação do trabalho, a supremacia da necessidade em detrimento da liberdade.

Quando deste acontecimento, então, a vida e as necessidades biológicas tornam-se assunto de primeira grandeza para a política. Emerge, nesse cenário, à luz de Arendt, uma perspectiva biopolítica, na lógica de uma administração da vida e das necessidades vitais dos indivíduos, pois enquanto o *animal laborans* permanecer no espaço público, “não poderá existir um verdadeiro domínio público, mas apenas atividades privadas exibidas à luz do dia” (ARENDR, 2020, p. 173). Isto porque a política diz respeito aos assuntos humanos, todavia, esse indivíduo biopolitizado, reduzido à condição de mera vida, objetiva apenas saciar as suas necessidades vitais.

Não obstante a conclusão de uma reflexão biopolítica nos estudos arendtianos acerca da vitória do *animal laborans*, também se evidencia uma administração da vida em suas análises sobre o totalitarismo, especialmente os campos de concentração, na lógica de seleção de quem deve morrer ou viver.

Em sua obra *Origens do Totalitarismo* (1951), Arendt dedicou-se a detalhar a indigesta experiência totalitária. Compreendido como uma nova forma de governo, sem precedente algum na história, a experiência totalitária suscitou barbáries e violência inimagináveis. Com o objetivo de alcançar o anseio de um domínio total, vidas foram reduzidas à sua condição biológica, extinguiu-se a pluralidade e a vida comum.

A partir das reflexões de Arendt, podemos extrair diversos aspectos biopolíticos, dentre eles, o racismo como uma administração da vida, estabelecida na seleção de quem deve morrer ou viver. Afinal, no totalitarismo, os indesejáveis devem ser descartados, terem as suas vidas ceifadas, de modo a ser realizada uma higienização do convívio da sociedade. Isto é, “o racismo é o critério de decisão, nos governos totalitários, aplicado sobre quem deve viver e quem deve morrer” (AGUIAR, 2012, p. 142).

Ademais, na letra de Arendt, a violência emerge “[...] não de forma gratuita ou desordenada, mas, ao contrário, respondendo a uma racionalidade, a uma lógica biopolítica, de estabelecer quem pode viver e quem deve morrer” (SILVA, 2021, p. 100). Nos campos de concentração, a violência totalitária atingiu o seu ápice, de sorte que o indivíduo inserido nos campos é reduzido à mera vida, ou melhor, à *vida nua*, para dialogar com Agamben. Isto porque, nos campos de concentração, a vida equivale a nada, os indivíduos são apenas cadáveres vivos, estando destituído de seus direitos e podendo serem eliminados a qualquer tempo.

Tendo isso em vista, sem dúvidas o emblema máximo do totalitarismo foram os campos de concentração, de sorte que neles evidenciava-se “[...] a certeza de que o objetivo final pode ser alcançado: a sistematização e a fabricação da espécie humana com uma mesma identidade. Almeja-se a eliminação, em condições cientificamente controladas, da diversidade humana e da espontaneidade de conduta” (AGUIAR, 2012, p. 150). Assim, é possível observarmos que se buscava não apenas o extermínio, mas sim um aplainamento de condução, a organização dos indivíduos em uma mesma identidade, o que evidencia uma administração da vida, na lógica de um controle de condutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, evidencia-se que, malgrado o vocabulário arendtiano não contemple a expressão “biopolítica”, as suas reflexões encontram-se repletas de elementos biopolíticos. Acreditamos que nos ocuparmos de analisar uma perspectiva biopolítica, em Arendt, é pensarmos na política reduzida à gestão da vida e dos interesses vitais, alcançada com a ascensão do *animal laborans* ao espaço público. E, ademais, é falarmos em uma biopolítica da morte, na lógica de uma escolha de fazer morrer e deixar viver, observada na experiência totalitária e, mais substancialmente, nos seus campos de concentração.

A biopolítica, na contemporaneidade, emerge como paradigma de governo. Diante deste cenário, é essencial nos debruçarmos nos pensamentos de grandes filósofos como Hannah Arendt, para buscarmos refletir sobre os eventos de nosso tempo. Afinal, devemos pensar quais são as figuras indesejáveis do nosso tempo e os mecanismos biopolíticos dirigidos à administração da nossa existência, não apenas para que não incorramos nos mesmos erros do passado, mas também que possamos resistir a quaisquer tentativas de supressão da espontaneidade e eliminação da diversidade humana.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo George de Araújo Silva, por sua condução nesse estudo e na minha dissertação, além de suas contribuições para o crescimento do meu aprendizado, ao compartilhar a grandeza de seus saberes na filosofia. Agradeço, também, ao grupo de Pesquisa em Filosofia Política, Ética e Educação – GEPEDE/UVA/CNPQ, por todos os ensinamentos e as instigantes discussões.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Odílio Alves. **A recepção biopolítica na obra de Hannah Arendt**. Caxias do Sul: Conjectura, v. 17, n. 1, p. 139-158, jan./abr. 2012.

ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**: Hannah Arendt. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MÜLLER, Maria Cristina. **O declínio do domínio público e o encantamento com o privado**. Piauí: Pensando, v. 9, n. 17, p. 36-63, 2018.

SILVA, Ricardo George de Araújo. **Política e totalitarismo na obra de Hannah Arendt: elementos de uma biopolítica**. Rio de Janeiro: Mnemosine, vol. 17, nº 2, p. 95-107, 2021.